

Reminiscência e o método hipotético no diálogo *Mênon* (86e-87b)

Mênon é um diálogo repleto de ideias filosóficas apresentadas de forma dramática, que ainda hoje desperta o interesse de inúmeros pesquisadores. Entre as várias questões que se apresentam neste diálogo, duas delas chamam a atenção. A primeira refere-se à questão socrática da bondade, da moral e às diversas formas de adquirir a virtude; a segunda, à questão ontológica da busca da verdade, à possibilidade do conhecimento e também da pesquisa e do ensino, problemas que para os filósofos e cientistas atuais ainda estão no cerne da teoria do conhecimento¹⁰².

Os historiadores da filosofia, por sua vez, veem neste diálogo um dos textos mais decisivos para a compreensão da filosofia platônica. Quase todos os comentadores concordam em reconhecer nele um papel de transição na elaboração do pensamento platônico, já que são mencionadas pela primeira vez algumas das teses reconhecidas diferentes das teses socráticas: que o conhecimento pertence à natureza da alma, que aprender uma coisa é redescobri-la em si mesmo e que o conhecimento consiste em um encadeamento, em um cálculo de causa (αἰτίας λογισμός)¹⁰³.

Alguns comentadores alegam que o *Mênon* é um tipo de “programa” da Academia, é quase um manifesto de lançamento, pois trata, antes de tudo, de despertar o interesse e a curiosidade do leitor, mais do que de satisfazê-la. Isso responderia, sem dúvida, a algumas obscuridades encontradas em suas diversas passagens. Wilamowitz, J. Stenzel e Friedländer também não hesitavam em compreender este diálogo como um texto de propaganda, tratando do assunto

¹⁰²O presente capítulo é uma retomada e uma versão ampliada da minha dissertação de mestrado.

¹⁰³PLATÃO. *Mênon*, 98a: ἕως ἄν τις αὐτὰς δῆσῃ αἰτίας λογισμῶ (até que alguém as encadeie por um “cálculo de causa”).

referente à fundação da Academia, explicando que Platão escreveu o *Mênon* para se colocar em cena como professor, mostrando ao mundo o que fez com seus alunos e como foi este empreendimento.

No *Mênon* Platão nos revela com toda a amplitude desejável, a propósito de uma proposição geométrica precisa, as razões de seu interesse matemático e a importância que essa ciência adquiriu, a partir desse momento, no desenvolvimento de sua teoria¹⁰⁴. Foi neste diálogo que Platão desenvolveu a concepção metafísica que veio a caracterizar o seu período intermediário. Vlastos, que considera o diálogo como um microcosmo de toda uma série de diálogos platônicos, afirma que o *Mênon* representa o momento decisivo da transição do saber socrático para a ciência platônica, podendo-se claramente apreender nele a transformação de “Sócrates” em Platão¹⁰⁵. Este caráter de “transição” atribuído ao diálogo no *corpus platonicum* deve-se aos estudos matemáticos acerca do conteúdo e do método da atividade filosófica de Platão, do emprego sistemático do mito da reminiscência, apesar das sucessivas definições de virtude. Logo, o *Mênon* constitui um momento decisivo da transição do saber socrático para a ciência platônica¹⁰⁶.

A questão de *Mênon* – a virtude é ensinável ou resultado de exercício ou, ainda, é adquirida por natureza ou de algum outro modo? – abre bruscamente o diálogo, que se desloca dessa questão – a ensinabilidade ou não da virtude – à questão de sua definição – “o que é a virtude?”. *Mênon*, incapaz de fornecer uma definição, não obstante repetidas tentativas, primeiramente estigmatiza o efeito paralisante da dialética socrática, em seguida, pede a Sócrates como pode procurar – na sua declarada ignorância – aquilo que em absoluto não conhece. Diante disso, o filósofo replica aludindo às convicções de sacerdotes e sacerdotisas sobre a alma imortal e sobre as suas encarnações, assim justificando com a reminiscência (*ἀνάμνησις*) a possibilidade do conhecimento e do ensinamento (81a-b)¹⁰⁷. Introduzida miticamente tal possibilidade, logo depois a confirma no

¹⁰⁴MUGLER. *op. cit.*, 1948, p. 359.

¹⁰⁵Cf. KRAUT. *op. cit.* 1997, p. 121-69.

¹⁰⁶VLASTOS. *op. cit.*, 1991, p. 59.

¹⁰⁷O mito da reminiscência é introduzido por Platão em resposta à contestação do interlocutor de que é possível adquirir o saber.

interrogatório com um jovem servo, que é conduzido a entrever corretamente – mesmo sem um adestramento matemático prévio – a incomensurabilidade entre o lado e a diagonal de um quadrado (82b-85b).

Assegurada com a reminiscência a possibilidade de conhecer a essência da virtude, Sócrates, ainda solicitado por seu próprio interlocutor, retorna ao questionamento do início, propondo enfrentá-lo com o recurso do “método por hipótese” utilizado pelos geômetras: a hipótese específica é que a virtude seja ciência e, conseqüentemente, ensinável; tal hipótese pareceria verificada com o reconhecimento da virtude como uma ciência, uma vez que a virtude é um bem e que o único bem é a ciência. Todavia, surge uma dificuldade: se a virtude é ciência e, pois, ensinável, certamente há mestres de virtude. Mas quem são eles? Os sofistas? Eles são os únicos que se declaram como tais. Mas Ânito – junto ao qual Mênon era hóspede em Atenas – reage vivamente contra essa possibilidade. Para ele, os mestres de virtude são os próprios cidadãos virtuosos, entre os quais, evidentemente, estariam os grandes políticos.

Todavia, Sócrates observa que nem mesmo os grandes políticos do passado revelaram-se capazes de instruir na virtude os próprios descendentes; as qualidades de direção daqueles políticos não eram, talvez, ligadas à ciência, mas somente à opinião correta; a ação determinada por ela era em tudo semelhante à ciência, mas não podia ser transmitida a outrem. A virtude não-ensinável, parece, portanto, caber, por dom divino, àqueles, como as personalidades políticas evocadas, que manifestam possuí-la¹⁰⁸.

Permeando a trama do diálogo emergem problemas significativos para a compreensão filosófica da obra. Entretanto, deteremos nossa pesquisa especificamente sobre a questão que trata da dimensão metafísica do discurso platônico, ou seja, do método da hipótese como instrumento de discussão da pesquisa na busca da definição da essência da virtude.

¹⁰⁸Cidadãos atenienses como: Antemión, Temístocles, Lisímaco, Péricles e Tucídides. PLATÃO. *Mênon*, 90a2, 93c, 94a, 94b, 94c.

4.1.

Reminiscência: inspiração mística ou processo lógico?

No *Mênon*, a ἀνάμνησις é apresentada inicialmente por Sócrates em 81a-b, tomando como que por empréstimo a voz de poetas, sacerdotes e sacerdotisas. Seu objetivo é levar-nos a entender que essas pessoas divinas pensam e falam de modo acertado de suas práticas religiosas e que a doutrina que exercem corrobora a imortalidade da alma, a sua indestrutibilidade, e a convicção de que existe um retorno periódico da alma à vida. Sócrates apresenta, assim, um relato circular. Entre o momento da morte, o da migração da alma para fora da condição corporal, e o do renascimento (da alma reencarnada em novo corpo), a alma não é de forma alguma destruída e não cessa jamais de viver. Logo, a opinião correta desses homens e mulheres divinos, quanto à imortalidade da alma através da fé, não é, de forma alguma, inferior ao conhecimento como um guia para a atividade prática e, logo, verdades da fé tais como a doutrina da imortalidade são tão importantes na conduta da vida diária, quanto são os dados dos sentidos.

Para Mugler, Platão emprega sua primeira metafísica do conhecimento sob os auspícios de uma comunidade cujas atitudes particulares representam uma forma mais perfeita de um saber, o qual podemos todos alcançar pela lembrança, e que reside nas mesmas profundezas da alma que a inspiração poética ou divinatória¹⁰⁹. Conforme o ensino dessas personagens, reconstituindo-se as tradições em parte órficas, em parte pitagóricas, a alma humana é indestrutível. Conseqüentemente, é preciso levar uma vida seguindo as prescrições da religião e das leis morais (81b). Os versos de Píndaro, citados por Platão, que apoiam as velhas crenças na imortalidade da alma, apontam para a ideia de que esses primeiros partidários da metempsicose acreditavam na sucessão das existências e num determinado ritmo reencarnatório. Essa permanência da alma em várias existências sucessivas, segundo o mito órfico-pitagórico, leva Platão a desenvolver as conseqüências que dela seguem para a aquisição do saber na nossa existência atual.

¹⁰⁹MUGLER. *op. cit.*, 1948, p. 365.

Mais adiante, em 81c-d, podemos observar que Platão faz uma reformulação da reminiscência de inspiração religiosa, mística, para uma reminiscência de caráter experimental e conceitual, que se encontra deduzida da discussão de Sócrates com o jovem e levará este mesmo jovem, escravo de Mênon, conduzido por uma série de perguntas adequadas, a descobrir uma propriedade geométrica do quadrado. Sócrates recorre à geometria para completar sua exposição teórica por intermédio de uma interrogação prática. Esta etapa consiste em verificar a existência da capacidade que tem a alma de rememorar as verdades anteriormente adquiridas. Através do diálogo feito de modo a possibilitar a lembrança de algo à luz da consciência, a reminiscência passa a ser demonstrada como um processo cognitivo, dependente da memória, e pelo qual um sujeito cognoscente pode recordar-se de conhecimentos adquiridos em vidas anteriores. Por meio de idas e vindas, fluxos e refluxos, com vitórias e derrotas, em conjunto, os dialogantes constroem o sentido e buscam o saber, procedendo, assim, a uma “experiência maiêutica”. O rememorar apresenta-se estreitamente conectado à possibilidade de expandir gradualmente nosso campo de raciocínio e de encontrar, assim, a ordem e as conexões que estão no fundo das coisas.

Mugler¹¹⁰ indica que a possibilidade de restituir integralmente o saber a partir de um só ponto nos leva a crer que, nessa passagem, Platão pensava antes num conhecimento lógico, em que as verdades se constituem por uma série de deduções através de premissas que formariam assim o *ἐν μόνον ἀναμνησθέντα* (81d) da pesquisa.

Mênon aceita o mito da reminiscência, pois sabe que seu escravo jamais recebeu instrução previamente na geometria e, por conseguinte, é obrigado a admitir a existência da reminiscência. Sócrates faz do escravo um instrumento para provar que o método é válido, retirando, de seu interior, a verdade que está imersa, bastando uma força exterior, no caso, a dialética com seu poder de penetração, para que com o estímulo necessário traga à tona o conhecimento esperado. Estamos na presença de uma concepção da origem dos nossos conhecimentos e de um método para conduzir nosso pensamento.

Ao que tudo indica, pelo estilo da passagem, parece que Sócrates expõe uma concepção da reminiscência que lhe é própria, mesmo se, como vimos

¹¹⁰MUGLER. *op. cit.*, 1948, p. 371.

anteriormente, ela é inspirada pelas palavras de sacerdotes e poetas, que tiravam conclusões de ordem moral. Sócrates evoca o longo passado de nossa alma antes da vida atual, destacando ainda a mudança que houve no deslocamento do interesse em parte moral e prático da metempsicose para o lado especulativo da doutrina que faz impulsionar a orientação do pensamento.

Platão utiliza, assim, o mito da reminiscência para dar conta do ato de aprender, recorrendo, ao mesmo tempo, à tese apresentada por Mênon, que declara impossível tal possibilidade¹¹¹. A tese sofística gera a preguiça, elimina toda curiosidade, todo espírito inventivo, e esta consequência fatal para a ciência só poderá ser evitada adotando-se uma teoria que resulte em consequências opostas¹¹².

A questão difícil e paradoxal colocada por Mênon e, em seguida, reformulada por Sócrates refere-se ao dilema socrático do conhecimento. Existem inúmeras coisas sobre as quais o Sócrates do diálogo não estaria convicto em seus argumentos, mas que a procura da verdade é possível, isto ele não ousará jamais colocar em dúvida (86b-c). Daí a teoria da reminiscência demonstrar a possibilidade da aquisição “absoluta” do conhecimento da virtude e ser aplicada como antítese e correção ao argumento erístico¹¹³ de que não é possível ao homem investigar nem o que sabe nem o que não sabe, já que seria inútil e impossível investigar quando não se sabe o que investigar (80d-e). Ora, se a virtude-ciência não se adquire nem por meio dos sentidos, nem mediante a

¹¹¹Da nossa incapacidade de definir o caráter comum de um certo número de coisas a que chamamos “virtude” parece depreendermos que não conhecemos “a espécie de conhecimento que Sócrates procurava. O conhecimento do significado de termos morais como bondade ou virtude não poderia nunca ser explicada pela teoria empírica do conhecimento. A virtude não pode ser apreendida por nenhum sentido, nem é possível defini-la a partir de impressões acumuladas de cores, sons etc., registradas e guardadas pela nossa experiência pessoal”. CORNFORD. *op. cit.*, 1952, p. 75.

¹¹²Sócrates descobre, sob a questão de Mênon, um sofisma muito conhecido na época, qual seja, a procura da verdade seria inútil, talvez até impossível. Sobre a origem deste sofisma não se sabe nada ao certo. PLATÃO. *Eutidemo*, 275d-277c e *Banquete*, 204a-b.

¹¹³A tradução de ἐριστικόν como “argumento sofístico” contribuiu para a ideia segundo a qual Platão não teria levado a sério o paradoxo de Mênon. Essa também é a opinião de Dominique Scott. Cf. D. SCOTT. Socrate prend-il au sérieux le paradoxe de Mênon? In: *Revue Philosophique*, 1991, nº 4, pp. 627-658. Ao contrário, para Nehamas, Platão utiliza este paradoxo não somente para abordar questões epistemológicas sérias, mas também para elucidar certas dificuldades dialéticas suscitadas pelo modo de agir de Sócrates. A. NEHAMAS. Le paradoxe de Mênon et Socrate dans le rôle d’enseignant. In: CANTO-SPERBER, M. (ed.) *Les paradoxes de la connaissance: Essais sur le Mênon de Platon*. Paris: Odile Jacob, 1991, p. 271-94.

transmissão de saberes de uma mente a outra sob a forma de ensinamento, a possibilidade que resta é que ela seja fruto da recordação. A posse de conhecimentos na memória é a única resposta capaz de superar o paradoxo que Mênon apresentou a Sócrates. Sem supor que aprender ou descobrir seja, na verdade, rememorar aquilo que já foi diretamente conhecido, a implicação do paradoxo de Mênon permanecerá insolúvel e o problema do fundamento do conhecimento, inclusive o ético (que é a questão da virtude), não será suscetível de investigação.

Assim, a reminiscência é apresentada como resposta, porquanto, sendo a alma imortal e, portanto, havendo nascido e renascido em muitas ocasiões, de modo que tendo “visto tanto as coisas que estão aqui quanto as que estão no Hades, enfim todas as coisas, não há o que não tenha aprendido”, podendo em determinadas circunstâncias, recordar o que sabia a princípio¹¹⁴. É interessante destacar que, ao empregar nesta passagem o verbo ver [ἐωρακῦα]¹¹⁵, Sócrates apresenta um sentido que assimila o conhecimento à aquisição pelos sentidos, principalmente à visão, contribuindo, assim, para definir o conhecimento como captação de unidades reais, separadas umas das outras e semelhantes às que o texto da *República* descreve¹¹⁶.

É importante sublinhar que esta memória transcendente não é, no pensamento de Platão, uma simples extensão ou um reforço da memória, a qual Sócrates faz apelo no início do diálogo, quando pede a seu interlocutor que lembre as definições de virtude fornecidas por Górgias, mas esta memória é um poder específico de nossa alma, é a sua faculdade metafísica por excelência. Este conhecimento total, constitutivo da alma do homem, Platão o apresenta como integralmente acessível a todos os seres humanos, e o remontar pela memória, à rememoração, que é ἀνάμνησις, não é apresentado como um exercício mecânico

¹¹⁴PLATÃO. *Fédon*, 72e-73a: “Se é verdadeiro que tu costumavas mencionar com freqüência que, para nós, a aprendizagem outra coisa não é, senão recordação e de acordo com isso é necessário que nós, num tempo anterior, tenhamos aprendido o que agora estamos recordando”.

¹¹⁵Cabe observar que Platão se serve regularmente de metáforas retiradas da visão ou do tato para indicar o caráter imediato do mais alto grau do saber (81c6-7). Nesta passagem, o emprego do verbo μαιθάνω (aprender), no modo indicativo perfeito (μεμάθηκεν), exprime uma ação inteiramente acabada, por conseguinte também o resultado atual de uma ação passada, cujos efeitos perduram no presente (é um resultado). O aprendizado aconteceu num tempo passado, deixando gravado na alma o saber como uma ideia de estado.

¹¹⁶PLATÃO. *República* VI, 508c, VII 518c, 519d, 533d.

nem como regresso inconsciente a recordações desaparecidas por um tempo ou reprimidas involuntariamente; ao contrário, é uma ação voluntária, progressiva, mediante a qual o homem parte até o redescobrimento de suas origens e de seu próprio ser.

Segundo Cornford, a memória implícita na doutrina da reminiscência é uma memória impessoal e o seu conteúdo é idêntico em todos os seres humanos. Quaisquer duas pessoas que tenham chegado a uma noção clara da definição do triângulo e passem a refletir sobre esta noção chegarão exatamente às mesmas verdades a seu respeito ou, se isso não acontecer, uma delas poderá convencer a outra do seu erro¹¹⁷. A única diferença entre os indivíduos residirá no maior ou menor grau de recuperação do conhecimento latente.

Logo, por meio dessa rememoração repetida e exaustiva, o homem se libera da ação erosiva do tempo, já que a recordação faz presente para sempre o que se sucedeu em outro tempo, e este exercício da memória está vinculado à ideia fundamental de que, para dominar uma coisa passada e para possuí-la novamente, necessita-se recordar para saber, visto, como afirma Platão: “o procurar e o aprender são, no seu total, uma rememoração” (85c).

4.2.

***Aítias logismos* e a distinção entre opinião correta e ciência**

Ao final do diálogo, em 98a, Platão associa a concepção da ciência como uma reminiscência, à noção de αἰτίας λογισμός (cálculo de causa)¹¹⁸. O escravo

¹¹⁷CORNFORD. *op. cit.*, 1952, p. 88-9.

¹¹⁸Tradução de IGLÉSIAS. Os críticos modernos traduzem a expressão de diversas maneiras. CROISSET: “un raisonnement de causalité”; ROBIN: “un raisonnement causal”; BLUCK: “by calculation of cause”; GOULD: “chain of causal reasoning”. CORNFORD e ALLEN: “by reflection on the reason”; VLASTOS: “bound fast by the calculation of the reason”. Essas definições fazem apelo a um ou a outro sentido fundamental de λογισμός e de αἰτία. O λογισμός pode designar: a) o cálculo dos números; b) o raciocínio que dá lugar ao cálculo ou à reflexão sobre o cálculo. O termo αἰτία pode designar: a) a causa de alguma coisa; b) a razão ou o motivo. Cf. R. S. BLUCK, *Plato's Meno*. Cambridge: Cambridge University Press, 1964, *ad locum*.

chegará a possuir a ciência, declara Sócrates, “se alguém lhe puser essas mesmas questões frequentemente e de diversas maneiras¹¹⁹”. Esta interrogação repetida produz um “cálculo de causa” e transforma as opiniões em ciência. O conhecimento de algo não necessitou, para se produzir, da reparação integral de nossas lembranças, bastando para isso que a reminiscência evoque somente um ponto de nossa experiência passada para que a consciência, de tanto procurar, exigindo um esforço resistente, restitua a totalidade. As lembranças fragmentadas e isoladas se dissipam da nossa memória como as “estátuas de Dédalo que, se não forem encadeadas, escapam e fogem, ao passo que, se encadeadas, permanecem no lugar” (97d). Como Platão não explica claramente como se produz esta transformação é assaz difícil compreender também em que consiste esta transição, daí a vasta gama de respostas a esta questão.

Segundo Lafrance, recorrendo-se ao critério de “instabilidade” e de “estabilidade”¹²⁰ para manter a distinção entre a opinião correta e a ciência, pode-se chegar à conclusão de que a opinião correta e a ciência têm a mesma utilidade no plano da ação humana. A opinião verdadeira é tão boa guia quanto a ciência para o viajante que deve dirigir-se de Atenas até Larissa (97a-b). Entretanto, no plano teórico, Platão mantém a diferença utilizando a noção de “cálculo de causa” (ἕως ἄν τις αὐτὰς δῆσῃ αἰτίας λογισμῷ).

Não é plausível interpretar este “cálculo de causa” em referência à teoria das Formas inteligíveis como afirma Oscar Ihm, visto que o *Mênon* não oferece nenhuma explicação desta teoria¹²¹. O autor compreende o termo αἰτία não no sentido de uma causa eficiente, mas no sentido propriamente platônico de uma relação entre causa e efeito. Assim, a relação entre as Formas e o mundo sensível é concebida como uma relação de causa a efeito. Referindo assim a causa às Formas, o autor chega a colocar naturalmente as Formas como objetos da reminiscência e, por conseguinte, do saber. Assim, para Platão a essência do saber consiste na reminiscência das Formas. Neste sentido, o autor é levado a distinguir entre uma reminiscência perfeita, clara e significativa das Formas que ele

¹¹⁹PLATÃO. *Mênon*. 85c10-11.

¹²⁰Sobre o critério de “instabilidade” e de “estabilidade”, consultar LAFRANCE. *La théorie platonicienne de la Doxa*. Montréal-Paris: Bellarmin-Les Belles Lettres, 1981, p. 83.

¹²¹*Apud.* in LAFRANCE. *op. cit.*, 1981, p. 110-11.

identifica com a ciência, e uma reminiscência imperfeita, obscura e confusa das Formas. Segundo Lafrance, o caráter problemático desta interpretação está no fato de que em nenhuma parte do *Mênon* se encontra a distinção entre uma reminiscência obscura e uma reminiscência clara. Ihm antecipa uma teoria posterior no desdobramento do pensamento de Platão e, deste modo, cria dificuldades que poderiam ser evitadas, se ficasse restrito à problemática do *Mênon*.

O cálculo de causa deve ser compreendido à luz do método hipotético dos geômetras gregos. Nesta direção, segundo Bluck, a expressão designa um retorno reflexivo sobre as opiniões corretas, que permite compreender por que elas são corretas¹²². Este retorno reflexivo incide no argumento em sua totalidade e em cada parte do argumento, com o fim de apreender a relação necessária entre as premissas e a conclusão. Em consequência, a reminiscência identifica-se com um verdadeiro processo de dedução. As opiniões corretas tornam-se ciência quando elas são encadeadas ao conjunto de uma argumentação.

Para Norman Gulley, considerado sob seu aspecto geral, este método consistia em assumir uma proposição geométrica como verdadeira e que era preciso provar ou um problema geométrico que era necessário resolver, tentando chegar a uma proposição independentemente reconhecida como verdadeira, ou a construção de uma figura que resolvesse o problema geométrico¹²³. O escopo dos geômetras gregos era chegar a um conhecimento sistemático das proposições geométricas, encadeando-as aos axiomas e às definições.

A interpretação de Vlastos situa-se na mesma perspectiva dos dois autores examinados acima (Bluck e Gulley), ainda que rejeite, nessa passagem, a tradução de αἰτία por “causa”¹²⁴. No lugar de “causa”, Vlastos traduz αἰτία por “razão”. Quanto ao vocábulo λογισμός, seu primeiro sentido é o de cálculo aritmético, mas sucede que Platão utiliza o termo para designar o pensamento racional. O verbo δεῖν designa a necessidade lógica, donde a tradução proposta por Vlastos: “bound fast by the calculation of the reason”, é aqui compreendida como um verdadeiro

¹²²BLUCK. *op. cit.*, 1961, p. 412-13.

¹²³N. GULLEY. *Plato's Theory of Knowledge*. London: Methuen, 1962, p. 14-15.

¹²⁴VLASTOS. *op. cit.*, 1965, p. 143-67.

processo de inferência que consiste em apreender em uma proposição as premissas donde ela deriva.

Quaisquer que sejam essas diferentes interpretações, é sem dúvida aprofundando a abordagem matemática e geométrica dos textos de Platão que podemos elucidar o sentido preciso dado por ele a essas questões.

4.3. O método da hipótese e a analogia geométrica

Na reformulação da antiga questão socrática: “a virtude pode ser ensinada?”, Platão anuncia que, no *Mênon*, vai estudá-la mediante o uso de hipóteses – “a partir de uma hipótese” – e ilustra o significado deste procedimento com um problema geométrico.

O exemplo geométrico de Platão apresenta-se ostensivamente técnico. Para compreender seu conteúdo, o leitor teria necessidade de uma imensa competência em um domínio da geometria grega, a “aplicação das superfícies”, que os historiadores modernos da matemática designam como “álgebra geométrica”. Uma revisão das diversas interpretações geométricas até hoje apresentadas para a elucidação do problema da hipótese no *Mênon*, certamente acarretaria uma demorada e elaborada análise, o que não caberia desenvolver aqui neste estudo, porém não poderíamos nos eximir de registrar brevemente algumas importantes observações fornecidas pelos comentadores.

Grande parte deles é unânime em afirmar que as numerosas obscuridades do exemplo geométrico do método da hipótese devem-se ao caráter “incipiente” da filosofia platônica, questionando a competência do matemático Platão, enquanto outros, ao contrário, ressaltam que o filósofo tenta impressionar o interlocutor com o seu alto grau de conhecimento da geometria¹²⁵. Certo é que o exemplo matemático da hipótese do *Mênon* ocasiona diversas interpretações¹²⁶.

¹²⁵Dentre a vasta referência bibliográfica sobre o estudo do método da hipótese no *Mênon*, conferir principalmente: G. E. R. LLOYD. *The Meno and mysteries of mathematics*. In: *Phronesis*, n° 37, 1992, p. 166; MARTIAL GUEROULT. *Note sur le locus mathematicus du Mênon* 87a. In: *Revue*

É necessário destacarmos o excerto em que Sócrates demonstra o procedimento “a partir de uma hipótese”, um procedimento que, observa, é ilustrado pela prática dos geômetras.

Parece então que é preciso examinar que tipo de coisa é aquilo que não sabemos ainda o que é. Se mais não fizeres, então, pelo menos relaxa um pouco o comando sobre mim e consente que se examine a partir de uma hipótese (ἐξ ὑπόθεσεως αὐτὸ σκοπεῖσθαι) se ela é coisa que se ensina (διδασκόν) ou se é como quer que seja. Por “a partir de uma hipótese” quero dizer a maneira como os geômetras (ὥσπερ οἱ γεωμέτραι) freqüentemente conduzem suas investigações. Quando alguém lhes pergunta, por exemplo sobre uma superfície, se é possível *esta superfície aqui* ser inscrita *como triângulo* neste círculo aqui (τόνδε τὸν κύκλον τόδε τὸ χωρίον τρίγωνον ἐνταθῆναι), um geômetra diria: “Ainda não sei se isso é assim, mas creio ter para essa questão como que uma hipótese útil, qual seja: se *esta superfície* (τοῦτο τὸ χωρίον) for tal que, *aplicando-a* alguém (παρατείναντα) sobre uma dada *linha* do círculo (παρὰ τὴν δοθείσαν αὐτοῦ γραμμὴν), ela *fique em falta* (ἐλλείπειν) de uma superfície *tal como* (τοιούτῳ χωρίῳ οἷον) for aquela que foi aplicada, parece-me resultar uma certa conseqüência (συμβαίνειν) e, por outro lado, outra conseqüência, se é impossível que a superfície seja passível disso. Fazendo então uma hipótese (ὑποθέμενος), estou disposto a dizer-te o que resulta a propósito de sua inscrição no círculo: se é impossível ou não¹²⁷.

Podemos inicialmente objetar que era de se esperar um exemplo mais simples e compreensível à primeira vista, embora Mênon, o parceiro do diálogo, pareça não necessitar de nenhuma outra explicação para acompanhar o argumento de Sócrates. Entretanto, essa situação não deixa de ser surpreendente, em razão da questão abordada – um exemplo matemático bastante complexo – mesmo que

Philosophique de la France et de l'Étranger, nº 159, 1969, p. 126-46; BUTCHER. The geometrical problem of the *Meno* 86e-87a. In: *Journal of Philology*, nº 17, 1888, p. 219-55; FARQUHARSON. Socrates' Diagram in the *Meno* of Plato 86e-87a. In: *Classical Quarterly*, nº 17, 1923, p. 21-6; YVON LAFRANCE. Platon et la Géométrie: la méthode dialectique en *République* 509d-511e. In: *Dialogue Canadian Philosophical Review*, XIX, nº 1, 1980, p. 46-93; R. E. ALLEN. *Anamnesis* in Plato's *Meno* and *Phaedo*. In: *Review of Metaphysics*, XIII, 1959, p. 165-74; BRIAN CALVERT. *Meno's* paradox reconsidered. In: *Journal of the history of philosophy*, XII, nº 1, 1974, p. 143-52; M. CANTO-SPERBER (ed). *Les paradoxes de la connaissance: Essais sur le Mênon de Platon*. Paris: Odile Jacob, 1991; J. I. MEYERS. Plato's geometric hypothesis: *Meno* 86e-87b. In: *Apeiron*, nº 21, 1988, p. 173-80; JACOB KLEIN. *A Commentary of Plato's Meno*. North Carolina, 1965 e I. M. CROMBIE. *An Examination of Plato's Doctrines 2: Plato on Knowledge and Reality*. London-New York: Routledge & Kegan Paul, 1979, p. 533 et. seq.

¹²⁶ROBINSON. *op. cit.*, 1966, p. 69-75.

¹²⁷PLATÃO. *Mênon*, 86e-87b. Texto estabelecido e anotado por John Burnet. Tradução, apresentação e notas de Maura Iglésias. Coleção Bibliotheca Antiqua. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Edições Loyola, 2001.

Sócrates desenhe na areia a figura geométrica para facilitar o processo intuitivo dos seus interlocutores.

Outro obstáculo reside em sabermos exatamente qual é a questão matemática formulada. Sabemos que um problema geométrico deverá ser resolvido com a ajuda de uma “pressuposição” ou de uma “condição fundamental”. Inúmeros matemáticos e filósofos estudaram esta problemática que trata de descobrir a condição necessária e suficiente para a construção proposta. Trata-se de descobrir, no diálogo em questão, o *diorismos* – a condição de saber se uma superfície dada poderá ou não ser inscrita num círculo igualmente dado.

As dificuldades linguísticas também levam à cisão. Como ponderamos anteriormente, tudo nos leva a crer que, nesse período histórico, o vocabulário da geometria ainda estava sendo estabelecido; logo, os resultados de interpretação decorrerão do significado ou referência que são atribuídos às seguintes expressões da passagem citada: τὴν δοθείσαν αὐτοῦ γραμμὴν; παρατείνειν; ἐλλείπειν; τοιούτῳ ... οἶον; τούτο τὸ χωρίον; ὥσπερ οἱ γεωμέτραι εἰς ἐξ ὑπόθεσεως αὐτὸ σκοπεῖσθαι.

No que diz respeito ao significado da expressão παρὰ τὴν δοθείσαν αὐτοῦ γραμμὴν (uma dada linha dela [sc. do círculo]), alguns autores interpretam γραμμὴ como o diâmetro do círculo; segundo Heath: “a evidente “linha” de um círculo é seu diâmetro, exatamente como na primeira passagem geométrica do *Mênon* acerca do quadrado, a γραμμὴ, a “linha” de um quadrado é seu lado¹²⁸”. Nota-se que para Euclides (*Os Elementos* I, 15), γραμμὴ representa circunferência; outros comentadores interpretam γραμμὴ como uma corda desse círculo ou ainda, uma linha do paralelogramo não associada ao círculo, mas como uma área a ser inscrita¹²⁹.

O uso da forma verbal παρατείναντα – particípio aoristo ativo, acusativo, masculino singular de παρατείνειν – é inusitado, mas a maioria dos intérpretes é de opinião que deve ser mantida. Para Bluck¹³⁰, poderia ser uma forma de

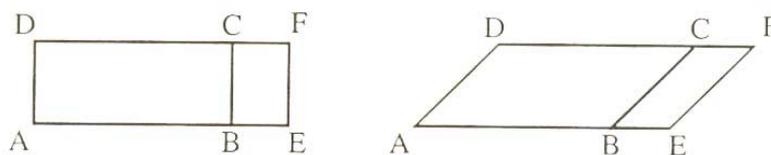
¹²⁸HEATH. *op. cit.*, p. 299.

¹²⁹LLOYD. *op. cit.*, p. 167.

¹³⁰Que toma como exemplo Tucídides VI, 24.

acusativo absoluto de verbo pessoal¹³¹. O termo é usado no sentido matemático de “aplicar”, isto é, construir uma figura de geometria sobre uma linha dada¹³².

O termo ἐλλείπειν apresenta, para a maioria dos comentadores, um sentido técnico especial. A palavra aparece em Euclides¹³³ e em Proclo remontando aos primeiros pitagóricos (οἱ περὶ τὸν Εὐδήμον), em relação a um problema sobre a aplicação de figuras (παραβολή τῶν χωρίων). É sempre o mesmo princípio: construir uma figura nova, igual a uma área dada, de tal forma que essa figura apareça na construção como o resultado, seja da subtração (da falta/ausência, ἔλλειψις, em relação a certa figura) de uma figura semelhante àquela da área dada, seja da adição (do excesso, ὑπερβολή) a uma certa figura de uma figura semelhante àquela da área dada. Isto é, se um retângulo é aplicado a uma linha AE, que é maior que a base do retângulo, então se diz que ele “fica em falta” da área compreendida quando CBE é completado como retângulo. O mesmo é verdadeiro no caso de qualquer paralelogramo (Diagrama 1).



(Diagrama 1)

A expressão τοιούτῳ ... οἷον (tal como) leva os estudiosos a indagar: As áreas são iguais ou semelhantes (no sentido geométrico)? São semelhantes e/ou semelhantemente situadas? A interpretação dessa expressão dada por Heath e Mugler é a de ὁμοιον como um termo técnico significando *similaridade geométrica*. Benecke, ao contrário, acrescenta que essa expressão não pode significar similaridade, e que se Platão a aplicou, com esse sentido, deveria ter

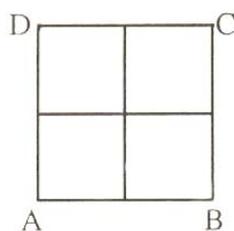
¹³¹A indicação de uma hipótese por meio de acusativo absoluto em construção pessoal é mais rara, sendo comum o emprego do acusativo absoluto em locuções impessoais. No exemplo em questão, παρατείναντα, como acusativo absoluto, seria uma forma pessoal; daí a tradução “aplicando-a alguém (παρατείναντα) sobre uma dada linha do círculo...”.

¹³²PLATÃO. *República* VII, 527a.

¹³³EUCLIDES. Os *Elementos* I, 44-45; V, 5; X, 17-18 e XI, 25.

adicionado a condição de *não similarmente situada*. Heath, porém, rejeita essa interpretação, argumentando que não devemos nos esquecer da necessidade de fixar a terminologia matemática no tempo de Platão e do próprio hábito do filósofo de variar suas expressões para efeitos literários. Mugler acredita, contudo, que Platão propositadamente se restringiu a usar essa expressão, nessa passagem, porque, em sua terminologia técnica, esse termo apresenta sentido ambíguo, significando ambos: *similar* e *similarmente situado*.

Na linguagem matemática, o termo $\chi\omega\rho\acute{\iota}\omicron\nu$ designa propriamente um paralelogramo retângulo; assim, é por extensão que os comentadores interpretam a expressão $\tau\omicron\upsilon\tau\omicron \tau\acute{o} \chi\omega\rho\acute{\iota}\omicron\nu$ (esta superfície) como a área de uma figura retilínea qualquer, que deverá inicialmente ser reduzida a um retângulo de mesma superfície, ou à área de um quadrado, no caso, o quadrado ABCD mencionado durante a entrevista com o escravo, em 82b-85b (Diagrama 2).



(Diagrama 2)

Por fim, o que nos interessa, especialmente, está em sabermos, por um lado, o que Platão desejava dizer com a expressão $\acute{\omega}\sigma\pi\epsilon\rho \omicron\acute{\iota} \gamma\epsilon\omega\mu\acute{\epsilon}\tau\rho\alpha\iota$ (da mesma maneira que os geômetras) indicada nessa passagem – já que a existência da condição é precisamente tão difícil de reconhecer quanto a possibilidade da solução – e por outro lado, qual é, em particular, o significado e o sentido exato do termo $\acute{\upsilon}\pi\acute{o}\theta\epsilon\sigma\iota\varsigma$ que Sócrates introduz no exemplo e o uso que dele faz no *Mênon*.

4.4. O significado do termo “hipótese”

O termo grego ὑπόθεσις (*hipotese*) provém originariamente do verbo τίθημι: *formular alguma coisa que é destinada a durar, estabelecer, fundamentar, colocar, pôr*¹³⁴. Platão frequentemente emprega em seus textos o verbo τίθημι com o sentido de *postular* ou *estabelecer*. No Livro I da *República*¹³⁵, por exemplo, Robinson afirma que há pelo menos sete ocorrências deste verbo com este mesmo sentido¹³⁶; este emprego, que é comum e familiar nos diálogos platônicos, em alguns momentos apresenta o sentido de *julgar*, ou se amalgama, ainda, com a noção de *opinar*; além disso, no *Sofista* (246e) este verbo apresenta o sentido de *sustentar*. Platão não faz nenhuma análise mais específica quanto à aplicação de τίθημι, contudo parece ser esta a natureza do sentido que o filósofo pretende, ou seja, *postular* uma proposição que é adotada sabendo-se que pode ser falsa, e que é envolta com todas as obscuridades relativas a um julgamento. Ora, o que é postulado é sempre provisório e realizado a partir de tentativas.

Outros derivados de τίθημι apresentam coerência de significado, como a palavra θέσις: *ação de colocar em ordem, estabelecer (leis, impostos), depositar, adotar, proposição*, apresentando um sentido técnico semelhante tanto na geometria, quanto na lógica. Como lembra Robinson, a palavra θέσις, *aquilo que é postulado*, é empregada uma única vez na *República* (I, 335a), como *algo que foi posto*. Exceto nessa passagem, Platão não emprega nenhum outro substantivo para representar uma proposição como tendo sido postulada e agora tornando-se parte integrante de seu pensamento.

ὑποτίθεμαι, que de todos os compostos é o que mais se aproxima do significado do verbo simples τίθημι, apresenta o sentido de: *estabelecer uma proposição como o início de um processo de pensar, de modo a trabalhar na base*

¹³⁴P. CHANTRAINE. *Dictionnaire étymologique de la Langue Grecque: histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1999, p. 1116-7 e 1160-1.

¹³⁵PLATÃO. *República* I, 331a, 334e, 340a-b e 352d.

¹³⁶ROBINSON. *op. cit.*, 1966, p. 93.

do referido processo para uma atividade futura. O verbo ὑποτίθημι, que significa: pôr debaixo, tomar como base, pressupor, dá origem à palavra ὑπόθεσις que apresenta como significado: base, base de um raciocínio, alicerce, fundamento, princípio de alguma coisa, pensamento fundamental. Em Platão, este substantivo quer dizer o que é postulado como um começo em sentido prático ou de dedução. O termo também tende a conotar algumas vezes o próprio ato de supor¹³⁷. Platão opta por utilizar o termo “hipótese” ou um de seus cognatos, como parte de seu programa geral de insistir sobre a falta de definição de certas especulações filosóficas. O termo hipótese é assim escolhido para reforçar o princípio geral de que, até termos alcançado um entendimento crítico de um termo, não temos o direito de considerar como estabelecida qualquer proposição que contenha aquele termo.

Essas observações indicam uma possível visão sobre a origem da noção lógica de hipótese, dando-nos a entender o que os gregos normalmente expressavam pela metáfora do colocar. No *Fedro* (92d), o vocábulo hipótese também se aproxima de uma menção à geometria e sabe-se que a primeira introdução explícita do método hipotético é realizada no *Mênon* e é apontada como emprestada dos geômetras gregos. Mas, é bom notar que o que Sócrates toma emprestado é o método de usar hipóteses e não o termo hipótese. No *Mênon* é razoável supor que os matemáticos da época de Platão estavam, conscientemente, adotando certo procedimento que denominaram de hipotético e que Platão empregou conscientemente. Mas não é claro se Platão tomou o termo e o conceito de hipótese dos matemáticos. Devemos distinguir entre o mero conceito de estabelecer uma hipótese e a concepção do uso de hipóteses como parte de algum processo organizado, cujo objetivo é a descoberta da verdade.

É válido ressaltar, além de tudo o que foi dito, que a expressão “exame a partir de uma hipótese” é mencionada uma única vez nesse diálogo, e em mais nenhum outro que integra o *corpus platonium*. Além do mais, segundo estudiosos, não se encontra essa expressão em nenhum outro texto antigo.

¹³⁷CROMBIE. *op. cit.*, p. 528.

4.5. O problema da inscrição de superfícies

Considerada em sua totalidade, esse problema gerou uma produção enorme de textos secundários, com diferentes interpretações sobre essa passagem, onde nenhuma delas até hoje é completamente livre de dificuldade. Apesar de esse trecho ter-se negado a uma exegese que consiga unanimidade, é importante frisar que grande parte das interpretações inspira-se na mesma fonte, isto é, evitar complicações técnicas desnecessárias, num diálogo em que, por outro lado, tudo parece muito simples e elementar.

Bluck, após uma revisão crítica das tentativas passadas, estabeleceu que ainda não se alcançou uma interpretação do texto platônico de maneira realmente convincente e satisfatória, tanto do ponto de vista da linguagem, quanto do conteúdo, e ressalta que a identificação do problema geométrico não se revela importante para entender a questão filosófica à qual Sócrates aplica o método, pois o que importa é reconhecer a forma a que o reduz o “uso de hipótese”. Se certas condições forem verificadas, então um resultado segue; se não forem, o resultado será diferente¹³⁸. Tudo indica que, no *Mênon*, “hipótese” é matematicamente utilizada da mesma maneira que os geômetras a usam frequentemente nas suas investigações – sempre que alguém lhes pergunta, por exemplo, sobre a possibilidade da inscrição de uma figura no círculo, eles respondem: ainda não sei se isso é assim, mas penso ter para isso certa hipótese: se tais condições são preenchidas, será possível, se não, não.

As circunstâncias nos levam a crer que, nessa passagem do *Mênon*, existe menção a uma questão que estava na pauta de estudo dos geômetras da Academia e que Platão, após ter tratado mais longamente com o escravo o problema geométrico considerado matematicamente mais elementar, podia sem dúvida, agora, se permitir uma alusão desse gênero para uma questão de método, que devia com certeza interessá-lo profundamente. Tannery acrescenta ainda que

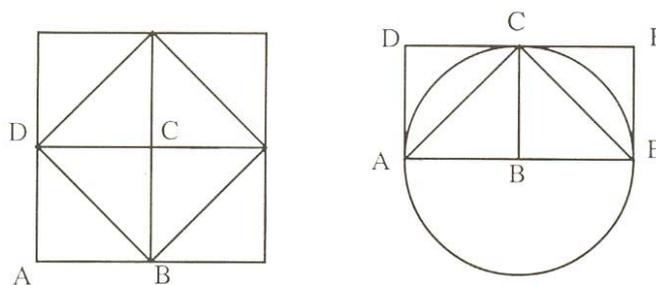
¹³⁸Tomamos como apoio o texto e as demonstrações geométricas de Bluck (de 1961), que nos fornece um exame completo dessa questão, principalmente o apêndice: *The Geometrical problem AT 86e sq.*, p. 441-61. BLUCK, *Plato's Meno*. Para Bluck, os detalhes geométricos são irrelevantes para entender o procedimento metodológico.

provavelmente o diálogo *Mênon* endereçava-se, enquanto obra literária, aos discípulos de Platão, podendo-se admitir alusões a conhecimentos matemáticos que ultrapassem o conhecimento de Mênon e destinam-se aos leitores “iniciados”¹³⁹.

A interpretação matemática mais conhecida dessa passagem é a de S. Butcher (1888), que foi aprimorada por J. Cook Wilson (1903), T. L. Heath (1921) e A. S. L. Farquharson (1923). Existem também versões mais recentes, como as de Heijboer (1955) e K. Von Frtiz e de O. Becker (1959). Contudo, a interpretação geométrica que parece ter recebido a maior aceitação, além de ser considerada a mais simples pelos historiadores da matemática, é a de Benecke (1867).

Para Benecke, o problema que Platão coloca para si é o da mesma ordem que os dos teoremas 28 e 29, do Livro VI dos *Elementos* de Euclides. A solução começa a ser exposta a partir da passagem 82c, onde a figura está associada à demonstração anterior, isto é, a área a ser inscrita em um círculo é o quadrado fixado anteriormente na discussão com o escravo, ou seja, o quadrado inicial de 4 pés ABCD (Diagrama 2). O quadrado, quando aplicado ao diâmetro do círculo, *παρὰ τὴν δοθείσαν αὐτοῦ γραμμὴν*, apresenta dois de seus vértices recaindo na circunferência e “fica em falta” uma área “tal como” (*τοιούτῳ ... οἶον*), que Benecke interpreta como “igual” (*ὅμοιον*) a que foi aplicada. Isto é, não se trata de semelhança geométrica, mas de igualdade das figuras ABCD e BCFE. O triângulo ACB é igual ao triângulo BCE e é metade do quadrado ABCD em área. A inscrição de um triângulo igual em área ao quadrado é possível, se o raio do círculo é igual em comprimento aos lados do quadrado. Segue-se que o triângulo ACE, sendo a metade do quadrado na diagonal AC, tem de ser igual em área ao quadrado ABCD (Diagrama 3).

¹³⁹TANNERY. *op. cit.*, 1995, p. 509-14.



(Diagrama 3)

A maior objeção à solução de Benecke, a mais citada, é que, se a condição proposta não for verificada, isto é, se, ao se aplicar o quadrado ao diâmetro do círculo, não “ficar faltando” (ἔλλειψις) uma figura exatamente igual, nada poderá ser dito sobre a possibilidade de inscrever o $\chi\omega\rho\acute{\iota}\omicron\nu$ como um triângulo, ou seja, a *inscrição poderá ou não ser possível*. Em verdade, a possibilidade de inscrição da figura como triângulo no círculo depende apenas de que sua área seja menor que o maior triângulo inscritível (triângulo equilátero). Mas a questão é, parece-nos, que Platão está pensando num caso em que, se a condição suposta não se verificar, resulta necessariamente uma consequência oposta.

Segundo Heath¹⁴⁰, a solução de Benecke não é aceitável porque, de acordo com ela, somente poderá haver uma figura que responda às condições estipuladas por Sócrates. Para Benecke, o problema seria assim formulado: Pode um triângulo retângulo isósceles igual ao quadrado (desenhado) ser inscrito num dado círculo? Mas, nesse caso, diz Heath, tudo que ele precisaria dizer (como condição de possibilidade) seria: é preciso que o raio do círculo seja igual ao lado do quadrado (desenhado). O modelo buscado por Sócrates tem evidentemente a intenção de ser um *diosrismós*, isto é, a determinação das condições ou limites de possibilidade para a solução de um problema.

¹⁴⁰HEATH. *op. cit.*, p. 299-303.

4.6. A hipótese matemática e a questão socrática da virtude

A noção de hipótese, no *Mênon*, pretende estabelecer a relação entre a questão da virtude e a de seu ensinamento, evidenciando um modo preciso de determinar a relação entre a qualidade e a essência, ou seja, estabelecendo implicações entre diferentes proposições, especialmente entre proposições que expressam uma característica genérica da virtude (como, por exemplo: a virtude é ciência) e outras que indicam suas propriedades (como: a virtude é ensinável). Ou seja, se pudéssemos chegar a estabelecer que a virtude é ciência, mesmo que não chagássemos a saber, propriamente, o que constitui sua essência, deduziríamos imediatamente que a virtude pode ser ensinada:

[...] se é como coisa que se ensina que é preciso tratá-la, ou como coisa que advém por natureza, ou como coisa que advém de que maneira afinal, quando advém aos homens, a virtude¹⁴¹.

Sócrates apresenta o termo hipótese, no exemplo geométrico, com o sentido de uma noção familiar e própria dos geômetras, na qual as hipóteses matemáticas são apresentadas como pressuposições fundamentais e válidas universalmente, tidas por certas e que não necessitam ser colocadas à prova ou demonstradas. Entretanto, ocorre que, no decorrer da investigação sobre a questão da virtude, a aplicação do método toma um aspecto diferente¹⁴².

Sócrates mostra como uma proposição hipotética “a virtude é ciência” pode ser considerada certa por regressão em direção a uma hipótese que possui um grau mais elevado “a virtude é um bem”. “Não dizemos que ela, a virtude, é um bem, e não nos fica esta hipótese: que ela é um bem?”¹⁴³. Sócrates coloca igualmente a

¹⁴¹PLATÃO. *Mênon*, 86c11-d.

¹⁴²O problema matemático da hipótese é rico em consequências quanto ao método e conteúdo, para o tratamento posterior da questão da virtude no diálogo. GAISER. *op. cit.*, 1991, p. 127.

¹⁴³PLATÃO. *Mênon*, 87d. O conceito de bem descrito como supremo e absoluto, não suscetível de redução a qualquer outra coisa, pode ser conferido na *República* VI, 510b.

proposição inicial à prova, confrontando-a com as suas consequências empíricas “existem mestres e discípulos da ciência da virtude?” (89d). A própria hipótese é, nesta passagem, objeto de exame e crítica e exige uma especificação e uma fundamentação para ser considerada sustentável. Sócrates chega finalmente à ideia de que a virtude possa existir, mesmo desprovida de saber, se ela depende de uma opinião correta (98c). Esta indicação é realizada no final do diálogo de modo bastante significativo, com a eventualidade de que poderia haver professores de ciência da virtude. A hipótese “a virtude é ciência” não poderia ser refutada, caso se encontrassem mestres e discípulos dessa ciência, e a hipótese poderia ser justificada, assim que houvesse informação de que um ensino autêntico do bem é ensinado por outrem.

Resumindo, o esquema hipotético do *Mênon* pode ser representado, segundo Lafrance¹⁴⁴, do seguinte modo: encontramos o uso de hipóteses na proposição: “a virtude é ciência” para a primeira parte da argumentação (87c) e na proposição: “a virtude tem mestres e discípulos” (89e) para a segunda parte, bem como uma dupla reciprocidade das proposições, com o processo denominado de “conversão da hipótese”¹⁴⁵:

(A) a virtude é ciência \leftrightarrow a virtude se ensina (87c);

(B) a virtude se ensina \leftrightarrow a virtude tem mestres e discípulos (89d).

Em seguida, deduz-se a verdade da proposição colocada como hipótese, a saber: “a virtude é ciência” a partir de duas outras proposições: “a virtude é um bem útil” (87d3) e “todo bem supõe a ciência” (87d7), de sorte que se pode reformular a argumentação sob a seguinte forma silogística:

Todo bem útil supõe a ciência
Ora, a virtude é um bem útil
Portanto, a virtude supõe a ciência.

A segunda parte da argumentação do *Mênon* consiste em exhibir a proposição contraditória da “a virtude é ciência”, isto é, “a virtude não é ciência” servindo-se

¹⁴⁴LAFRANCE. *op. cit.*, 1980, p. 46-93.

¹⁴⁵PLATÃO. *Mênon*, 87c. O método de conversão apreende a mesma verdade duas vezes.

das reciprocidades (A) e (B). Demonstra-se que a virtude não tem mestres nem discípulos; conseqüentemente, não é ensinada.

E, por outro lado, inversamente, aquilo de que não haja nem mestres nem discípulos, não faríamos bem em conjecturar que não é coisa que se ensina¹⁴⁶?

Esta explicação parte de um longo argumento que ocupa o restante do diálogo, para concluir, em 99a, que, já que a virtude não é ensinável, não é uma ciência. Agindo de tal modo, Sócrates está diretamente refutando a proposição que estava originalmente na pergunta, e inferindo a partir daí a falsidade da hipótese que foi declarada equivalente à proposição original.

É o caso da redução ao absurdo, pois se chega a afirmar duas proposições contraditórias: “a virtude é ciência” e “a virtude não é ciência” (89e).

Observa-se, assim, que Platão já antecipa no *Mênon* a nova orientação do conceito de hipótese, que futuramente poderá ser conferido nos diálogos posteriores, qual seja, a ideia de que uma hipótese somente é fundamentada com certeza se ela é reduzida sem contradição aos elementos pressupostos nela, e se ela é inversamente derivada sinteticamente a partir deles.

Segundo Crombie, Platão coliga o efeito paralisante da raia elétrica com a introdução de hipóteses, através de uma abordagem oblíqua da questão, o que lhe permitiria, assim, estabelecer questões subseqüentes, em um estágio da investigação no qual seria logicamente impróprio pensar em estabelecê-las¹⁴⁷. A dificuldade na interpretação do método, aqui no *Mênon* é: não é claro se a hipótese matemática tem em vista significar que: “o triângulo tem uma certa propriedade”, ou se pretende dizer que: “se o triângulo tem uma certa propriedade, resultam certas conseqüências, ao passo que, se falta uma certa propriedade, resultam outras conseqüências”. Entretanto, se a segunda alternativa é o significado mais provável, tal possibilidade parece manifestar que isto é chamado uma hipótese não porque é “formulada”, mas porque é uma afirmação hipotética do tipo “se ... então”.

¹⁴⁶PLATÃO. *Mênon*, 89e.

¹⁴⁷Crombie discute o método da hipótese no *Mênon* a partir da página 528.

Dúvidas semelhantes dificultam a hipótese sobre a virtude que Sócrates estabelece em analogia com o exemplo geométrico. Não fica claro se a hipótese tem em vista significar que: “a virtude é ciência”, ou: “se a virtude é ciência, ela é ensinável”. Certo é que, no diálogo, o processo de pensamento hipotético leva nitidamente à questão de saber em que uma ciência da essência do bem consistiria, remetendo à Academia de Platão e ao seu interesse de fundamentar a virtude política numa ciência específica.

Entretanto, para Robinson, Platão retrata o método hipotético, no *Mênon*, como de segunda ordem¹⁴⁸, já que Sócrates insiste, do início ao fim do diálogo, que emprega este método como última opção, uma vez que Mênon se mostra deveras apressado em chegar a uma conclusão, impossibilitando a realização da exigência teórica evocada por Sócrates: “alguém não deveria discutir se a virtude há de ter estas ou aquelas propriedades antes de saber propriamente o que ela é, qual é a sua essência?”

Ora Mênon, se eu comandasse não somente a mim, mas também a ti, não examinaríamos antecipadamente se a virtude é coisa que se ensina ou que não se ensina, antes de primeiro ter procurado o que ela é, em si mesma (ὅτι ἐστὶν... αὐτό)¹⁴⁹.

A razão por que Robinson considera o método hipotético como de segunda ordem, é que segundo o autor, na concepção de Platão, existe a possibilidade de alcançarmos um saber absoluto e certo, o que não ocorre com esse método; de fato, com ele chega-se somente a um saber aproximativo, pois independentemente de qualquer desenvolvimento lógico que se faça, resta sempre a possibilidade de que a hipótese principal seja falsa¹⁵⁰. O método hipotético da geometria é irrepreensível, infalível e plenamente conclusivo, o que não acontece quando o

¹⁴⁸ROBINSON. *op. cit.*, 1966, p. 114-22.

¹⁴⁹PLATÃO. *Mênon*, 86d.

¹⁵⁰Não estamos nos comprometendo, neste exato momento do desenvolvimento de nossa pesquisa, a afirmar que o método da hipótese no *Mênon* seja o mesmo da *República*. Na linha segmentada da *República* (VI, 509c-511e), por exemplo, Platão caracteriza o método hipotético, tal como o usado pela matemática, como um método que deixa a desejar, indicando que existe ou poderia existir outro método, no qual as hipóteses seriam empregadas de forma diferente e melhor, como a dialética, que não vê como certas as proposições que devem ser simples hipóteses. O raciocínio a partir de uma hipótese, como ficará claro na *República*, pode conduzir a uma ou mais consequências coerentes, que nem por isso corresponde a verdade.

mesmo é transposto para a filosofia. As definições matemáticas, princípio das demonstrações, são hipóteses e permanecem hipóteses; são necessárias, mas seu ponto de partida é a definição de uma possibilidade. O matemático não se ocupa em saber se esta corresponde ou não a uma realidade. Se o triângulo é e é tal coisa, tal outra coisa se segue, mas, se o triângulo existe na realidade, é o que ele toma por dado e o que não demonstra¹⁵¹. Vejamos a seguir como se apresenta a estrutura lógica do modelo hipotético no *Mênon*.

4.7. Estrutura lógica: a hipótese “se a virtude é ciência” e a sua verificação

Na interpretação de Robinson, o objeto principal do método de hipótese introduzido no *Mênon* é aplicado por uma clara estrutura lógica. Para decidir se uma dada proposição q é verdadeira ou falsa, deve-se abandonar a tentativa de provar ou refutar q diretamente, e encontrar uma outra proposição, p , equivalente a q ; assim, q é verdadeira se p é verdadeira, e falsa se p é falsa. Desse modo, prova-se ou refuta-se p diretamente, e fica-se sabendo se o objeto original da investigação q é verdadeiro ou falso, pois q é equivalente a p . Nesse procedimento p é chamado “hipótese”.

Na estrutura descrita acima, o objeto original da investigação é estabelecido através de q (= proposição problemática: a virtude é ensinável), e é logicamente convertível na hipótese exigida para pesquisar a verdade de q , ou seja, p (= a virtude é ciência), deixando-se em suspenso a questão da verdade de p , até se poder determinar se q é ou não uma hipótese digna de ser aceita, isto é, se é verdadeira (ou falsa), como consequência necessária de p .

Admitindo-se, conforme Robinson, que o procedimento hipotético termina na passagem 89, é possível dizer que o método hipotético no *Mênon* consiste em

¹⁵¹G. RODIER. Les mathématiques et la dialectique dans le système de Platon. In: *Études de Philosophie Grecque*. Paris, 1969, p. 44.

recomendar uma proposição q , não exatamente provando q , mas provando outra proposição p , na qual p é tida como hipótese, pois é equivalente a q . Segundo o comentador, encontra-se no texto o suficiente para mostrar os dois argumentos, um em favor de p (a saber, a doutrina socrática) e o outro contra p , e este último argumento prevalece. Sócrates continua conduzindo a investigação e demonstra ser a ação, a opinião correta, tão boa guia quanto a ciência.

Na interpretação de Vlastos, Platão não consegue ser completo em nenhum dos dois argumentos. Não obtém êxito, inicialmente ao mostrar p como uma hipótese verdadeira (87d-89c) e tampouco ao mostrar, em seguida, p como falsa (96d-98c). Em nenhum dos dois casos o debate é encaminhado até alcançar por progressão os princípios primeiros. A adesão a esse modelo metodológico deve levar à transgressão da regra do “dizei somente aquilo que acreditais” (método do *elenchos*), a qual impede que o debate verse sobre uma premissa que não seria afirmada, demandando, ao contrário, o procedimento hipotético. É pela demonstração que se procura alcançar, no campo da pesquisa moral, a certeza à qual se pode chegar, em matéria de prova matemática¹⁵².

Ora, independentemente de toda e qualquer leitura, é preciso antes levar em conta que, no *Mênon*, a epistemologia de Platão ainda se encontra em construção, apresentando um caráter fortemente pragmático, não sendo profícuo extrair explicações sobre uma metodologia que ultrapasse as perspectivas e a problemática própria do diálogo. É preciso deixar em aberto a possibilidade de um desenvolvimento substancial entre o *Mênon*, no qual a teoria das Formas ainda não foi desenvolvida, e o *Fédon*, no qual ela é explicitamente apresentada com a fundação da metafísica de Platão.

Os diferentes sentidos do termo hipótese, do qual o *Mênon* fornece uma primeira formulação, representam o que, posteriormente, o *Fédon* e a *República* designarão pelo termo hipótese, no qual as definições matemáticas são testadas como tais.

¹⁵²VLASTOS. *op. cit.*, 1994, p. 50-88.

4.8. Interpretação do método hipotético pelo prisma filosófico

De tudo quanto foi dito sobre a noção de hipótese no *Mênon*, é possível inferir que o método hipotético apresenta dois aspectos e dois usos diferentes: um aspecto e um uso filosófico, e um aspecto e um uso matemático.

De acordo com a interpretação de Gueroult, quando demonstrada matematicamente, uma hipótese geométrica deixa de ser uma hipótese para o geômetra, mas permanece uma hipótese para o filósofo, para o dialético, porque o elemento matematicamente certo, ao qual o geômetra ligou a propriedade primitivamente duvidosa, permanece em si, para o dialético, desprovido desta evidência verdadeira que lhe comunicaria sua ligação a uma realidade inteligível¹⁵³. Ora, o matemático não trata jamais dessa ligação. Resulta o seguinte: a fim de que uma proposição seja hipotética para o dialético, não é absolutamente necessário que o seja para o matemático, em particular não basta que seu contrário seja possível: é preciso e é suficiente que permaneça isolada do princípio anipotético, suprassensível, suficiente e evidente por si só, de onde tiraria sua certeza definitiva.

O que é hipotético somente para a dialética não o é para a geometria. Portanto, existem como que graus na hipótese: o que é hipotético para a dialética sem o ser para a matemática, e o que é hipotético para os dois. Com efeito, é obvio que o que é hipotético para o geômetra deve ser também para o dialético, já que a geometria é um entrelaçamento de hipóteses condenadas a permanecer sempre como tais, em que a única prova disponível é aquela das consequências (ἐπὶ τελευτήν), diferentemente do dialético que caminha em direção ao princípio (ἐπ' ἀρχήν).

Pois bem, se retirarmos de uma hipótese uma série de consequências que não se contradizem, podemos tê-las como verdadeiras sem, no entanto, jamais poder provar sua própria veracidade. Por meio das consequências, não se poderá jamais rigorosamente provar a falsidade da hipótese, no caso em que não se encontre uma só consequência falsa. Daí, a ideia de provar indiretamente a

¹⁵³A interpretação de Gueroult passa em revista a problemática estudada. GUEROULT. *op. cit.*, p. 146.

verdade em matemática pela falsidade da hipótese contrária¹⁵⁴. Neste caso, a hipótese deixa de ser hipotética para o matemático, mas permanece para o dialético, pois a verdade que lhe é, então, indiretamente atribuída, permanece sempre sem evidência própria. De qualquer modo, para Platão, é erguendo-se ao princípio inteligível do objeto matemático que esta evidência poderá ser alcançada.

No caso do diálogo *Mênon*, com toda evidência é a hipótese especificamente matemática que está sendo demonstrada no diálogo. Trata-se, com efeito, não de julgar os princípios matemáticos como os dialéticos, nem de apreciar como o dialético valoriza o raciocínio da *dianoia* (διάνοια)¹⁵⁵, tendo como base o método matemático. À falta de outro método – método aqui entendido como o *elenchos* socrático, sobre o qual Mênon recusa-se a raciocinar – é que Sócrates utiliza uma hipótese, no sentido em que é entendida até hoje pelo geômetra.

A hipótese, para o geômetra, é o que sempre foi na matemática, conforme os exemplos tirados de Euclides e o problema geométrico da inscrição de superfícies examinado no *Mênon* por Platão, isso é, uma proposição cuja contraditória é *a priori* possível: “fazendo então uma hipótese estou disposto a dizer-te o que resulta a propósito de sua inscrição no círculo: se é impossível ou não”. Esta alternativa do problema se exprime pela alternativa da afirmação ou da negação da condição de possibilidade, se tal condição se realizar... , então, a inscrição se fará, se ela não se realizar..., então, não se fará (ἄλλο, εἴ... ἄλλο αὖ, εἰ ἀδύνατόν)¹⁵⁶. Logo, é preciso que os dois termos opostos apareçam *a priori*, antes de qualquer pesquisa, como possíveis, para que o problema se apresente¹⁵⁷. Em outras palavras, é preciso uma dúvida no sentido comum considerado pelo geômetra, e não no sentido superior do filósofo, do dialético.

¹⁵⁴É o caso do *modus tollens* ou “modo que nega”. JOSÉ FERRATER MORA. *Diccionario de Filosofia*, Tomo III. Barcelona: Editorial Ariel, p. 1239-48.

¹⁵⁵Como é o caso da *República* VI.

¹⁵⁶PLATÃO. *Mênon*, 87a.

¹⁵⁷Se *p* então *q* e se não *p* então não *q*.

Talvez Sócrates, embora no íntimo esteja certo de que a virtude é ciência e se ensina, durante o diálogo afirma que duvida; aponta esta dúvida, colocando-se do ponto de vista do interlocutor. Não podendo, por exigência de Mênon, recorrer à dialética, cuja intenção é deduzir a essência da virtude e a propriedade em questão, só restava a Sócrates o recurso à hipótese *more geometrico*. E é evidente que, se a existência da condição de possibilidade, tanto para inscrever o triângulo, quanto para a virtude ser ensinada, não fosse duvidosa, *a priori*, o problema não se colocaria, e não seria necessário responder com toda a demonstração que vai de 87c à 89a, à questão “examinar se a virtude é ciência ou algo de tipo diferente da ciência”. Interrogação que novamente se refere à alternativa, relativamente à existência ou a não-existência da condição (98e).

Por outro lado, segundo Gueroult, terminada essa demonstração, a hipótese se tornará segura aos olhos daquele que raciocina *dianoeticamente*, mas não aos olhos daquele que raciocina *dialecticamente*. Por não ter seguido o “bom método”, a conclusão continua incerta e, por isso, Platão terá o direito, em seguida, de remetê-la à dúvida, finalizando o diálogo aporeticamente:

[...] mas o que é certo sobre isso saberemos quando, antes de emprendermos saber de que maneira a virtude advém aos homens, primeiro emprendermos pesquisar o que é afinal a virtude em si e por si mesma¹⁵⁸.

Cabe a nós, se possível, esclarecer esta controvérsia, investigando o método da hipótese nos diálogos *Fédon* e *República* de Platão. Se a afirmação permanece correta, segue a seguinte questão: Que auxílio poderemos obter do *Mênon* em relação às passagens que tratam da hipótese no *Fédon*? Este auxílio será direto ou será necessário considerarmos os problemas levantados no *Fédon* por seus próprios méritos?

¹⁵⁸PLATÃO. *Mênon*, 100b.